



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300

Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

EDITAL Nº 7/2021 - DIGPE/RE/IFRN

11 de maio de 2021

SUBMISSÃO DE PEDIDOS DE LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO IFRN

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o que consta no Decreto nº 9.991/2019;
CONSIDERANDO o que consta na Instrução Normativa nº 21/2021/SGDP/ME;
CONSIDERANDO o que consta no Art. 95 e 96-A da Lei nº 8.112/90;
CONSIDERANDO, o que consta na Resolução nº 18/2021-CONSUP/IFRN;
CONSIDERANDO, o que consta na Nota Técnica nº 07/2021-DIGPE/IFRN;

R E S O L V E:

Estabelecer o período de **24 de maio de 2021 a 4 de junho de 2021**, para submissão de pedido de licença para capacitação, através do preenchimento de **formulário eletrônico no SUAP**, para as vagas disponíveis para o período compreendido entre **17 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO é a licença através da qual o servidor poderá afastar-se do exercício do seu cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 90 dias, para fins de capacitação profissional;
- 1.2. O afastamento para a licença para capacitação é permitido com a remuneração do cargo efetivo, e no caso dos afastamentos superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, o servidor:
 - a) Requererá, conforme o caso, a exoneração ou a dispensa do cargo em comissão ou função de confiança eventualmente ocupado, a contar da data de início do afastamento;
 - b) Não fará jus às gratificações e adicionais vinculados à atividade ou ao local de trabalho e que não façam parte da estrutura remuneratória básica do seu cargo efetivo. Isto não se aplica às parcelas legalmente vinculadas ao desempenho individual do cargo efetivo ou ao desempenho institucional.
- 1.3. O PERÍODO AQUISITIVO corresponde a cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal. Assim sendo, o servidor só poderá usufruir da licença para capacitação, por até 90 (noventa) dias, após completar cada quinquênio de efetivo exercício.
- 1.4. A concessão de 90 (noventa) dias de licença para capacitação a que o servidor pode requerer a cada período quinquenal, não são acumuláveis, devendo ter o início de seu usufruto até o término do quinquênio subsequente.

2. DAS CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO

- 2.1. A licença para capacitação poderá ser concedida para:
 - I – Ações de desenvolvimento presencial ou à distância;
 - II – elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral; ou
 - III – participação em curso presencial ou intercâmbio para aprendizado de língua estrangeira, quando recomendável ao exercício de suas atividades, conforme atestado pela chefia imediata; ou
 - IV – Curso conjugado com:
 - a) atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos Poderes da União ou de outros países ou em organismos internacionais; ou

b) realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza no País.

2.2. A licença para capacitação poderá ser parcelada em, no máximo, seis períodos e o menor período não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias.

2.2.1. Quando a licença para capacitação for concedida de forma parcelada, nos termos do § 3º do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019, deverá ser observado o interstício mínimo de 60 (sessenta) dias entre quaisquer períodos de gozo de licença para capacitação.

2.3. Na hipótese de necessidade de prorrogação dos prazos de afastamento para pós-graduação *stricto sensu* e para estudo no exterior, o servidor poderá utilizar a licença para capacitação, desde que atendidos os critérios institucionais e as exigências legais para concessão da licença para capacitação.

2.4. O IFRN poderá conceder licença para capacitação somente quando a carga horária total da ação de desenvolvimento ou do conjunto de ações seja igual ou superior a trinta horas semanais, conforme a Nota Técnica SEI nº 7737/2020/ME.

2.5. IFRN estabelecerá, com base em seu planejamento estratégico, quantitativo máximo de servidores que usufruirão da licença para capacitação simultaneamente. Esse quantitativo não poderá ser superior a 5 (cinco) por cento dos servidores em exercício no IFRN e eventual resultado fracionário será arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

2.5.1. O percentual de 5% será dividido proporcionalmente pelo número de servidores das duas carreiras (EBTT e TAE), e eventual resultado fracionário será arredondado para o número inteiro imediatamente superior, para o caso da carreira dos TAE.

2.5.2. A concessão de licença para capacitação caberá ao Reitor, permitida a delegação para titular da DIGPE, vedada a subdelegação.

2.5.2.1. A autoridade responsável, na ocasião da concessão, considerará:

I – se o afastamento do servidor inviabilizará o funcionamento da unidade;

II – os períodos de maior demanda de força de trabalho.

2.5.3. O servidor poderá se ausentar das atividades no IFRN somente após a publicação do ato de concessão da licença para capacitação.

2.5.3.1. O prazo para a decisão final sobre o pedido e a publicação do eventual deferimento é de trinta dias, contado da data de apresentação de todos os documentos necessários através de processo administrativo a ser aberto no SUAP.

2.5.4. Todos os afastamentos previstos no art. 18 do Decreto nº 9.991/2019, incluída a Licença para Capacitação, poderão ser concedidos, quando a ação de desenvolvimento:

I - estiver prevista no PDP vigente do IFRN;

II - estiver alinhada ao desenvolvimento do servidor nas competências relativas ao seu órgão de exercício ou lotação, à sua carreira ou cargo efetivo e ao seu cargo em comissão ou função de confiança; e

III - o horário ou o local da ação de desenvolvimento inviabilizar o cumprimento das atividades previstas ou a jornada semanal de trabalho do servidor.

2.5.5. Não haverá contratação de substituto para os casos de servidor em usufruto de Licença para Capacitação.

3. DO PROCESSO DE SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DOS PEDIDOS

3.1. O período para a submissão (inscrição) das solicitações de Licença para Capacitação será de **24 de maio de 2021 a 04 de junho de 2021**. O período será destinado ao cadastramento e análise de propostas para possível concessão direcionada a um intervalo de usufruto no período específico de 17 de julho a 31 de dezembro de 2021.

3.1.1. As submissões deverão ser realizadas por meio do Formulário Próprio no SUAP (Gestão de Pessoas>Licença para Capacitação>[Editais](#)), e poderão ser procedidas por todos os servidores ativos permanentes em exercício no IFRN.

3.1.2. Após o encerramento do período de submissão (inscrições), as datas propostas para o início e término da licença para capacitação não poderão ser alteradas pelo servidor.

3.2. A DIGPE emitirá parecer sobre a possibilidade de concessão, no que se refere ao percentual de servidores em exercício que simultaneamente estão em licença para capacitação e à relevância da necessidade de desenvolvimento para a instituição, procedendo a aplicação dos critérios de priorização constantes na Nota Técnica nº 7/2021-DIGPE/RE/IFRN devendo divulgar o resultado, conforme o cronograma constante do Anexo I deste Edital.

3.2.1. Os **recursos ao resultado parcial** poderão ser interpostos conforme o cronograma por meio de processo administrativo a ser encaminhado para a CODEPE/DIGPE/RE/IFRN.

3.2.2. Os servidores que tiverem as solicitações **Aprovadas** no resultado parcial poderão manifestar **desistência** do respectivo pedido de licença para capacitação, conforme o cronograma constante do Anexo I deste Edital, abrindo requerimento fundamentado e encaminhando à CODEPE/DIGPE/RE/IFRN, com Assunto: "Desistência - Licença para Capacitação".

3.2.2.1. Nesta situação, a vaga deverá ser oportunizada a mesma categoria do servidores desistente, respeitada a ordem de classificação e o critério estabelecido no item 2.5.1.

3.2.3. Não preenchidas as vagas limitadas ao item 2.5.1., as vagas serão remanejadas para outra categoria, seja ela EBTT ou PCCTAE.

3.3. A DIGPE divulgará o **resultado final**, conforme o cronograma constante do Anexo I deste Edital, através de e-mail institucional endereçado a todos os servidores ativos do IFRN.

3.4. De posse do resultado final, o requerimento contendo o pedido da licença para capacitação deve ser elaborado no SUAP, cumprindo os requisitos constantes do Anexo II deste Edital, posteriormente, devendo ser encaminhado à sua respectiva unidade de gestão de pessoas (DIGPE, DIAPE/CNAT, COGPE ou ASGPE) para trâmites processuais previstos na [Nota Técnica Nº 7/2021-DIGPE/IFRN](#).

3.4.1. O prazo limite de abertura do referido requerimento deve ser de 30 (trinta) dias da data do início do afastamento.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Estando o servidor aprovado no resultado final deste edital e não cumpra com o item 3.4, será aplicada a penalidade de não participação no edital de licença para capacitação subsequente.

4.2. O servidor que abandonar ou não concluir a ação de desenvolvimento ressarcirá o gasto com seu afastamento ao órgão ou à entidade, na forma da legislação vigente.

**ANEXO I
CRONOGRAMA**

DESCRIÇÃO	PERÍODO
Publicação do Edital	17/05/2021
Inscrições	24/05/2021 a 04/06/2021
Resultado parcial	08/06/2021
Recurso contra o resultado parcial	09/06/2021
Resultado dos recursos	11/06/2020
Data para desistência (Obs. ver item 3.2.2)	De 11/06 até 15/06/2021
Resultado final	17/06/2021
Período disponível para abertura de processos (Obs. ver item 3.4.1)	A partir de 17/06/2021
Período de usufruto da licença para capacitação	17/07 a 31/12/2021

ANEXO II
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

1. Requerimento preenchido e assinado pelo servidor, contendo a data a partir da qual é solicitada a licença, o período a ser gozado, bem como justificativa da solicitação de acordo com os critérios legais;
2. As seguintes informações sobre a ação de desenvolvimento:
 - a) local em que será realizada;
 - b) carga horária prevista;
 - c) período de afastamento previsto, incluído o período de trânsito, se houver, sendo dispensada a apresentação prévia de documentos comprobatórios;
 - d) instituição promotora, quando houver;
 - e) as despesas para custeio previstas com inscrição e mensalidade relacionadas com a ação de desenvolvimento, se houver;
 - f) custos previstos com diárias e passagens, se houver; e
 - g) Termo de compromisso previsto no Anexo III deste edital.
3. Comprovação de que o pedido submetido no SUAP foi aprovado (após resultado final);
4. Currículo atualizado do servidor extraído do SIGEPE - Banco de Talentos;
5. Justificativa quanto ao interesse da administração pública naquela ação, visando o desenvolvimento do servidor;
6. Cópia do trecho do PDP vigente no IFRN, destacando onde está indicada aquela necessidade de desenvolvimento;
7. Manifestação da chefia imediata do servidor, com sua concordância quanto à solicitação;
8. Pedido de exoneração do cargo em comissão ou dispensa da função de confiança, a contar da data de início do afastamento, nos casos em que a licença for superior a trinta dias consecutivos, conforme §1º do art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019;
9. Fazer os encaminhamentos constantes no item 3.4 deste Edital.

ANEXO III
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, ocupante do cargo de _____
_____, matrícula SIAPE nº _____, lotado(a) no Campus _____
Setor _____, assumo o compromisso de apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o retorno da licença para capacitação, o CERTIFICADO ou documento equivalente que comprove a participação, relatório de atividades desenvolvidas, e cópia de trabalho de conclusão, Monografia, Dissertação ou Tese, com assinatura do orientador, quando for o caso.

OBS: A não apresentação da documentação acima sujeitará ao servidor o ressarcimento ao IFRN dos gastos com seu afastamento, na forma da legislação vigente.

_____, ____ de _____ de _____.

ASSINATURA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Auridan Dantas de Araujo, Diretor de Gestão de Pessoas - CD3 - DIGPE**, em 11/05/2021 11:34:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 257446

Código de Autenticação: bfd3019525

